



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

RUTH SAMPAIO

**Violencia e racismo na Casa Grande de Florianopolis: A reprodução da
senzala no cotidiano das mulheres negras**

PALHOÇA, 2019

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de graduação em Jornalismo, da Universidade
do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel.
Orientadora: Prof. Solange Gallo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, por ter me dado saúde e ter me guiado nesse processo, por ter me dado forças para superar os desafios,

Ào Programa Universidade para Todos (ProUni), por me conceder a bolsa de estudos nesta instituição para fazer a realização deste sonho possível,

À esta universidade, seu corpo docente, direção e administração, que me deram total suporte,

À minha orientadora, Solange Gallo, pelos seus ensinamentos e incentivos,

À minha família, pelo apoio e por acreditarem em mim,

Ao meu companheiro de vida, que esteve comigo durante toda essa jornada, fazendo parte do meu desenvolvimento pessoal e profissional, sempre me apoiando.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
JUSTIFICATIVA	7
OBJETIVO GERAL	9
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	10
METODOLOGIA E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
METODOLOGIA	16
PLANEJAMENTO GRÁFICO E EDITORIAL	17
ROTEIRIZAÇÃO DO LIVRO-REPORTAGEM	18
REFERÊNCIAS E LEVANTAMENTOS BIBLIOGRÁFICOS	20
CRONOGRAMA	23

INTRODUÇÃO

A questão da dicotomia casa-grande e senzala que envolvem a mulher negra, principalmente nas fronteiras entre o trabalho e o espaço familiar perdura desde o período pós-escravocrata e pós-colonial. Dentro das relações de trabalho entre a doméstica negra e o patrão branco, os episódios de assédio, de sedução, de sevícia sexual e, em muitos casos de estupro com ou sem gravidez guardam, silenciosamente, os rastros dessa violência atualizada através dos séculos. Inúmeros casos de negação dos filhos resultantes dessas relações, que permanecem a vida inteira sem conhecer a identidade do pai ou entram em longos e conflituosos processos judiciais para reconhecimento de paternidade estão aí para testemunhar a brutalidade do racismo 30 anos após a Declaração dos Direitos Humanos. Esses casos mostram a realidade opressora que persegue essas mulheres em seu ambiente laboral, remetendo-as ao período pós-colonial, quando o trabalho doméstico era exercido quase exclusivamente pelas ex-escravas, de modo remunerado ou não.

Muitos autores, de diferentes modos, discutem a permanência da violência racial no espaço entre a sala e a cozinha. Gilberto Freyre em *Casa-Grande & Senzala*, Sonia Maria Giacomini, em *Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil*, ou ainda de Angela Davis, em *Mulheres, raça e classe* e Kátia de Queiroz Mattoso, em *Ser Escravo No Brasil*, entre outros autores, mostram como essas relações estão permeadas pela violência física ou psicológica contra a mulher negra. Isso ocorre em qualquer espaço, mas adquire uma implicação perigosa, violadora e clandestina particular quando se misturam o espaço doméstico com o espaço público do trabalho.

A violência sexual contra a mulher faz parte da história da formação do povo brasileiro, onde muitos homens e mulheres são fruto desse abuso e isso não é diferente em Florianópolis e municípios vizinhos. Desde o início da história do Brasil, a violência sexual contra a mulher pauta as relações entre classes. Pode-se dizer, radicalmente, que o Brasil nasceu do estupro.

Esta grande reportagem propõe uma investigação de casos que exponham a luta da mulher negra pelo direito ao reconhecimento da paternidade dos seus filhos ao mesmo tempo que debate as origens da discriminação sofrida no período colonial. Nesse universo, propõe uma investigação do modo de funcionamento da maternidade social na cultura negra em conflito com o conceito de filho bastardo da cultura branca. Explora a tensão de como mãe

e filho negros são submetidos à categoria de bastardo, criada pela cultura branca para designar filhos nascidos fora do “patrimônio legítimo”. Com a bastardização dessa prole, fruto de uma violência física e simbólica, a cultura negra sofre uma nova violência simbólica. Isso porque entre as mulheres negras predomina o conceito e a prática de maternidade social, na qual as mulheres cuidam dos filhos umas das outras como se fossem os próprios, como anota a socióloga Jeruse Romão, integrante do Movimento Negro Unificado [entrevista à autora em março de 2019]. Para as mulheres negras é natural criar os filhos em comunidades de mulheres, que envolvem, tias, avós, irmãs, em várias circunstâncias quando a mulher é obrigada a criar os filhos sozinha, como separação, perda do marido, gravidez resultante de estupro ou abandono na gravidez, explica ainda Jeruse.

No levantamento de histórias de violência e racismo com a mulher negra, emerge a representação da mulher negra na sociedade branca dominante, o direito à maternidade ou à não-maternidade. As relações de trabalho envolvendo patrões brancos e empregadas negras apresentam padrões de hierarquia, submissão, dependência econômica, violência e intimidação.

JUSTIFICATIVA

O impacto do colonialismo sobre as relações sociais políticas, econômicas e éticas do povo brasileiro se refletem no reconhecimento dos direitos, na felicidade e na própria sobrevivência dos indivíduos. As raízes históricas do racismo não devem ser apenas objeto de discussões teóricas abstratas: elas estão concretamente presentes em histórias do cotidiano que identificam o drama de um povo por trás de conflitos pessoais. A concretude dessas relações de poder e racismo universais que envolvem narrativas de vida singulares acerca da vida cotidiana e da mulher negra em Florianópolis é uma tentativa de contribuir para um projeto de jornalismo que não separa a reflexão histórica e teórica das narrativas e notícias que se escondem por baixo do cotidiano.

É também um esforço de contribuição para a tomada de consciência sobre os efeitos do racismo para o povo brasileiro como um todo; para o trabalho do movimento feminista negro e para as próprias protagonistas dessas histórias, que têm a oportunidade de aprofundar a reflexão sobre o elo fundamental entre suas experiências de vida específicas e a trajetória de um coletivo, de um povo. Importa ainda ressaltar o papel do movimento feminista negro e das discussões das políticas públicas para mulheres na luta por direitos das trabalhadoras domésticas marcada, sobretudo, pela Constituição Federal de 1988.

Em Santa Catarina e em Florianópolis, lugar onde o propagandeado sucesso da colonização europeia esconde a desigualdade social e a profunda exclusão da população negra empurrada para os morros e para as periferias, torna-se ainda mais importante fazer emergir os mecanismos racistas por detrás de histórias presentes. Numa cidade de maioria branca, onde a população negra é invisibilizada, torna-se fundamental reportar os episódios de violência contra a mulher negra e contra os seus filhos.

De acordo com o Censo de 2010, divulgado pelo IBGE, Santa Catarina é o estado com o maior número de pessoas brancas (84%). Podemos perceber que Florianópolis esconde sua negritude, e essa negritude está emergindo tanto nos casos de violência, quanto nas lutas sociais. Jornalismo é uma forma de história do cotidiano que permite reconhecer os rastros do passado na trajetória presente. Essas histórias de maternidade oprimida permitem não apenas perceber as raízes da violência, como dar visibilidade à contribuição do povo negro, particularmente das mulheres negras que criaram seus filhos sozinhas, à formação da cultura, da história e da economia do nosso estado.

No projeto compreendemos de que forma essas relações foram tratadas, geramos a necessidade de discutir sobre o cotidiano colonial dessas mulheres para compreender a cena atual. Buscar o passado para compreender o presente, de modo que nos ajude a compreender as mulheres que vivem dramas derivados da relação de subordinação à Casa Grande, que nos remetem aos tempos da escravidão. Este trabalho de Conclusão de Curso em Jornalismo está direcionado para as mulheres e mães oprimidas, pensando tanto nas mulheres negras de ontem quando nas de hoje, dentro do dever ético do jornalismo de ajudar a combater todas as formas de opressão à nossa raça negra.

Eu sou uma mulher, jovem e jornalista negra (sendo a única da turma de alunos e uma das poucas bolsistas pelo ProUni na universidade). E por isso, tenho meu lugar de fala que representa as mulheres negras. Nesse Lugar que eu ocupo de auto representação discursiva, é muito importante falar no debate público sobre as hierarquias, as questões da desigualdade, da pobreza, do racismo, sexismo. Aprendi com Djamila Ribeiro que, Lugar de fala é o entender que quem sofreu na própria pele pode falar por si e respeitar quem não é ouvido. E que “o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir.” É essa essência que desejo trazer para esse projeto.

OBJETIVO GERAL

O objetivo deste livro-reportagem é discutir, a partir da revelação de casos de violência com a mulher negra, a permanência do racismo e da violência do contexto colonial na sociedade de Florianópolis, apontando para a reprodução do modelo Casa Grande-Senzala. A partir dessa apuração e do levantamento de histórias, mostrar a persistência de elementos escravocratas nas relações de trabalho ou em outras instâncias em que mulheres negras, submetidas a relações de poder, são inferiorizadas sexualmente e juridicamente por homens brancos que as privam do seu direito à atenção na maternidade. Assim como consta o seu direito à maternidade no Art. 6º que fala da proteção à maternidade e à infância (Constituição 1988). Mostrar como essa relação de subjugação muitas vezes faz com que a escrava doméstica se converta na empregada doméstica, retornado à questão da posse e disposição do corpo da negra, ainda tratado como um instrumento de trabalho e um objeto para satisfação de desejos sexuais dos homens que se considera seus proprietários.

O objetivo geral desse projeto é compreender como a forma dessas relações pode influenciar no contexto atual, na maternidade e na vida da mulher negra no Brasil. A partir daí, desdobram-se discussões importantes, como a garantia dos direitos constitucionais e às políticas públicas para mulheres de grupos minoritários, tendo em vista a crueldade racial e a exceção social que vulnerabilizam a mulher negra.

Apoiado nessa concepção, o objetivo é comparar a vivência de crueldade sofrida por essas mulheres, nessas circunstâncias com a realidade das mulheres negras da grande Florianópolis no tempo presente. Torna-se relevante e ganha urgência social esse tipo de projeto, principalmente nos dias de hoje, quando há um processo de banalização do racismo e da morte de pessoas negras, cujo clamor mais emergente é: “vidas negras importam”. Essa banalização ocorre paradoxalmente ao lado da negação do racismo, o que torna a sua visibilidade ainda mais relevante.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Oferecer um conjunto de casos e reflexões na forma de livro-reportagem
- b) Narrar e discutir os casos de mulheres negras que relatam histórias das situações como violências, abusos, abandonos, negação de paternidade, dentro do contexto trazido pelas reproduções da senzala no período atual.
- c) Recolher casos de mulheres negras que foram abandonadas na maternidade e filhos não reconhecidos pelos pais
- d) Relacionar desses casos que envolvem situações de hierarquia com questões históricas, culturais e sociológicas do período colonial, quando era negado o direito à maternidade para as mulheres negras e o dever de paternidade aos homens brancos
- e) Refletir sobre a permanência de padrões de conduta escravocratas e patriarcais nas relações de trabalho doméstico, como o das empregadas.
- f) Contribuir a partir de um livro-reportagem que trago um certo inventário de histórias, com uma reflexão que permita compreender o contexto atual

METODOLOGIA E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No contexto do Brasil escravista, a mulher negra se encontra sob o jugo de relações de poder. Se a mulher era inferior ao homem, independentemente da sua classe social, a negra estava em uma posição mais inferior ainda. A ordem de hierarquia deixava sempre a mulher negra abaixo até de seu mesmo gênero sexual. De um lado, eram assediadas e violentadas pelos senhores, que as tornavam objeto de seu desfrute sexual. De outro lado, sofriam a ira e a inveja das sinhás, que cometiam contra elas as mais terríveis atrocidades.

As mulheres negras viviam nas senzalas, exercendo várias funções ou na casa-grande, como mães dos filhos enfeitados pelos pais brancos, os “bastardos”. Comumente serviam de escravas sexuais, abusadas desde a infância por homens do seu convívio na casa, tanto patrões, como filhos, empregados, hóspedes. Qualquer homem que tivesse acesso ao espaço doméstico poderia tomar posse do objeto sexual do patrão que estava à sua disposição. O corpo era um objeto que apenas acatava vontades de seus superiores, sejam elas quais for, já que não era considerado uma ofensa legal.

[...] a violência sexual perpetrada pelos senhores de escravos, seus familiares e agregados contra as mulheres negras, os estupros eram considerados naturais, já que escravas não eram donas de seus corpos, além das lesões corporais do tronco e do pelourinho. (BRITO, 1997 p. 5).

No período da escravidão, a negra idosa era a responsável por cuidar da culinária e da casa, onde exercia também papel de mãe dos filhos da Casa-Grande. Já a jovem mucama realizava os afazeres domésticos, mas que também satisfazia aos desejos sexuais do senhor. Freyre (1933) acredita que essas mulheres depois de algum tempo de relações, mesmo que à força, acabaram estabelecendo uma espécie de relação laço afetivo-sexual que teria pacificado as tensões raciais. Giacomini (1988) discorda desse pensamento, já que a mulher negra, sendo objetificada, que teve sua mão de obra usada mas, também, seu corpo enquanto objeto sexual. A historiadora acredita que seu valor não passava de uma coisa, com a qual não existia nenhum vínculo de afeto.

Com a submissão forçosa aos desejos do seu senhor, essas escravas também sofriam maus tratos e torturas por parte das senhoras. Sofriam agressões pelas mulheres dos escravocratas, que as maltratavam por ciúme do marido, ou, vingar-se das mucamas jovens que atraíam a atenção de seus maridos.

Não são dois nem três casos de crueldade de senhoras de engenho contra escravos inermes. Sinhás moças que mandavam arrancar os olhos de mucamas bonitas e trazê-los à presença dos maridos, à hora da sobremesa, dentro da compoteira de doce e boiando em sangue ainda fresco. Baronesas já de idade que por ciúme ou despeito mandavam vender mulatinhas de quinze anos a velhos libertinos; ou mandavam-lhes cortar os peitos, arrancar as unhas, queimar a cara ou as orelhas. Toda uma série de judiaria. O motivo, quase sempre, o ciúme do marido. O rancor sexual. A rivalidade de mulher com mulher (FREYRE, 2002, p. 392-393)

A mãe-de-leite ou mãe preta, ocupava um lugar de mãe dos filhos das senhoras brancas na Casa Grande, onde realizava a amamentação e a criação até a idade adulta de meninos e meninas dos seus donos. E novamente reféns, depois de adultos, os filhos homens dos senhores tinham suas iniciações sexuais com as escravas para depois ter com as sinhás (assim como, no período republicano terão sua iniciação sexual com as empregadas domésticas. Essa sexualização ainda é muito presente em filmes, livros, séries e no imaginário dos brasileiros). Os senhores e agregados que davam ordens a essas mulheres, mandavam também em seus corpos e os usavam a seu bel prazer. É nesse sentido que Gilberto Freyre afirma que os brasileiros somos todos, de alguma forma, filhos dessas mulheres resultantes da escravidão e da violência, ainda quando a cena ligada a elas seja a mais doce e terna:

Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de uma coceira tão boba. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama-de-vento, a primeira sensação completa de homem (FREYRE, 1977 p. 283).

Os frutos de estupros nem sempre eram abortados, já que os donos poderiam também aproveitar - além do seu corpo - o leite da amamentação dessa mãe para os seus próprios filhos se alimentarem. Os filhos bastardos tinham dois destinos: aborto contra a vontade da mãe, ou lhes era permitido vingar apenas para dar origem a um novo trabalhador escravo quando adultos ou serem vendidos para trazer lucro aos senhores. Além disso, seus destinos dependiam da condição de gênero em que nasciam: o feminino possuía um corpo de trabalho doméstico e um corpo de prazer. A esse gênero, cujo papel atribuído pelo patriarcado branco era de ser mero objeto reprodutor ou de fêmea parideira, era, paradoxalmente, negado o direito de ser mãe, no sentido simbólico e pleno reservado

apenas às sinhás. Com muita sorte, se não fosse obrigada a abortá-lo, a mãe negra reproduziria um filho nascido como escravo, um trabalhador-do-futuro, que iria substituir a mão de obra que já não era mais útil. Caso conseguisse sobreviver até a idade para isso.

O aborto, muitas vezes praticado pelas escravas, era uma forma de resistência para livrar os filhos do destino cruel da escravidão. Segundo o “Dicionário da escravidão negra no Brasil” (MOURA, 2004), os abortos ocorriam em grandes proporções, com uma taxa de mortalidade muito alta. Só entre a fecundação e o aborto, chegava a aproximadamente 70% a 80% o índice de mortalidade. O jesuíta Antonil refere-se ao fato e informa que esse grande número de abortos provocados "era só para que não cheguem os filhos de suas entranhas a padecer o que elas padecem".

Não seria, no entanto, descabido identificar na prática do aborto e do infanticídio uma forma de resistência da escrava, seja às péssimas condições oferecidas à procriação, seja ainda a inevitável condição escrava que legaria em herança aos filhos. Os infanticídios, vistos sob esse prisma, seriam, sobretudo, a única e trágica forma visualizada pela mãe escrava para livrar seus filhos da escravidão. (GIACOMINI 1988, p.26)

Um dos maiores motivos da alta mortalidade infantil se devia ao fato de que a escrava depois de se tornar mãe dificilmente conseguia alimentar o próprio filho com seu leite materno. Isso acontecia, porque estava sempre amamentando o recém nascido dos senhores e cuidando da criança em período integral. Em consequência disso, o filho era deixado de lado e cuidado por outras escravas que o alimentavam com uma papa de mandioca ou com leite animal não pasteurizado, o que favorecia o grande número de óbitos de filhos de escravas.

A existência de “mães-pretas” revela mais uma faceta da expropriação da senzala pela casa-grande, cujas consequências inevitáveis foram a negação da maternidade da escrava e a mortandade de seus filhos. Para que a escrava se transformasse em mãe-preta da criança branca, foi-lhe bloqueada a possibilidade de ser mãe de seu filho preto. A proliferação de nhonhês implicava o abandono e a morte de moleques. (GIACOMINI, 1988 p. 51-52).

A autora Judith Karine Cavalcanti (2018) aponta o trabalho doméstico como um resquício da escravidão e as empregadas domésticas como a subsequência dessa categoria. Trazendo

para o momento vigente, a situação da mulher negra que é empregada doméstica, tem a liberdade garantida pela Lei Áurea, no entanto, continua vivendo em espaços precários de trabalho no quartinho dos fundos da lavanderia ou da edícula. Essa condição as torna suscetíveis a situações de violência semelhantes às sofridas pelas escravas. Segundo Gomes (2016), em “A Origem do Trabalho Doméstico no Brasil”, a atividade desenvolvida pela empregada era “de mucamas, amas de leite, costureiras, aias, pajens, cozinheiros, também cuidavam dos filhos dos senhores, transmitiam recados, serviam à mesa, recebiam as visitas e etc.”

Os exemplos de inferiorização de mulheres negras recriam às raízes históricas de ideologias, segundo as quais a mulher negra deve ser a cozinheira, a cuidadora do lar e o corpo-objeto para ser o desafogo dos desejos sexuais masculinos. As negras servem de contraposição à mulher branca, que cumpre o papel de companheira própria para casar e ser cuidada, digna de parir filhos que também sejam dignos de levar o nome do homem. Os estereótipos atribuídos à mulher negra, observados por Freyre, continuaram a ser reproduzidos no Brasil republicano: “Branca para casar, mulata para f...., preta para trabalhar.” (FREYRE, 1933, pg.84). Essa é a realidade de desigualdade social e racial que permeia a existência dessas mulheres submissas e escravas dos homens brancos detentores de poder, nitidamente retratada na obra *Casa-Grande e Senzala*.

Após a abolição da escravidão, muitas escravas acabaram se vendo sujeitas a permanecer nas casas de seus ex-patrões, por falta de alternativa. Essa situação por um lado, pode ser tida como um privilégio, por outro, como uma forma de perpetuação da relação escravocrata, que, reproduzidas ainda hoje, evidenciam diversas violações de direitos (BERNARDINO-COSTA, 2007, p. 229-230). O autor ressalta que essa condição era derivada do fato de que os ex-escravos, apesar de finalmente estarem libertos pela lei Áurea, continuavam trabalhando sem receber salários, apenas em troca de abrigo e comida para garantir a sobrevivência. A estratégia da alforria foi libertar condenando à escravidão voluntária, pois não adianta alforriar os escravos sem oferecer-lhes emprego remunerado para prover a própria sobrevivência.

No desdobramento desse processo histórico, no Brasil, a subalternização do gênero provoca um escalonamento dentro da hierarquia racial que, de acordo com Ratts (2003 p. 4), se estabelece da seguinte forma: “Em primeiro lugar, situa-se o homem branco; em segundo, a mulher branca; em terceiro, o homem negro; e, por último, a mulher negra”. De acordo com os dados socioeconômicos do negro no Brasil, essa hierarquia pode ser observada de forma clara. De acordo com os dados do IBGE e IPEA publicados em 2002,

os negros representam, em 1999, 45% da população brasileira. Entre os 53 milhões de pobres, os negros correspondem a 64% do total e a 69% da população de indigentes. Consequentemente, as pessoas negras ocupam a maioria da parcela atingida pelo processo de exclusão social no Brasil.

Dessa forma, as mulheres expostas às atividades precárias em maior número são mulheres as negras. O serviço doméstico, por exemplo, é a ocupação com a maior participação da mão de obra feminina no Brasil. Aproximadamente 4,6 milhões de mulheres em um total de cinco milhões de trabalhadoras em 2000, 71% desta mão de obra composta por mulheres negras (RIBEIRO, 2004). De acordo com os dados de pesquisa nacional realizada pela Fundação Perseu Abramo, das 2.502 mulheres a partir de 15 anos de idade entrevistadas nas cinco grandes regiões do Brasil, 18% não possuem segundo grau completo, enquanto as mulheres com ascendência negra atingem 24% desta média. Ainda entre as de ascendência negra, 82% não estudaram ou sequer chegaram ao ensino fundamental (RIBEIRO, 2004).

Esses dados demonstram o lugar inferior da mulher negra na sociedade, no mercado de trabalho e os rastros da herança escravocrata. Demonstram que a negra ainda é invisibilizada e vítima da discriminação dos seus antepassados. A escravidão acabou, mas suas heranças estão presentes no cotidiano das cidades como Florianópolis e nas experiências de vida das mulheres negras. Traços de uma história há muitos séculos impregnada na pele negra e no inconsciente racista do homem branco, que mobilizam um esforço eterno de resistência e força dessas mulheres para sua verdadeira libertação.

DA METODOLOGIA

De caráter narrativo e ensaístico, a metodologia desta grande reportagem busca resgatar histórias de mulheres negras cujas histórias permitam discutir a questão das relações entre a vida de uma mulher negra e da branca e pensar a remanescência de padrões escravocratas. O levantamento de histórias de vida e casos de reivindicação de paternidade branca em Florianópolis permite traçar um panorama das pessoas e dos acontecimentos em torno da temática proposta no território particular de Florianópolis. Constrói-se, dessa forma, a necessária projeção do universal na singularidade que caracteriza a grande reportagem, conforme Adelmo Genro Filho em *O segredo da pirâmide*; para uma Teoria Marxista do Jornalismo.

A fundamentação teórica se constrói a partir de pesquisas bibliográficas sobre a história da cultura negra no Brasil, a cultura escravocrata brasileira, e a vida de mulheres no trânsito entre a Casa Grande e a Senzala. Estende-se para a averiguação teórica e bibliográfica da permanência dessa dinâmica social na grande Florianópolis, valendo-se não apenas de pesquisa em livros, artigos, dissertações e teses sobre o tema na realidade local, mas também na entrevistas a mulheres que estudam e/ou vivenciam essa realidade.

Essa metodologia tende a perseguir o caráter híbrido da grande reportagem, explorando o seu potencial narrativo e ensaístico, à medida que pretende lançar-se a reflexões históricas, antropológicas, teóricas. Esse hibridismo é efeito de uma metodologia que projeta as experiências singulares para um vetor universal, e as histórias individuais de mulheres negras para o caso de um povo.

O inventário de relatos de experiências deve ser alcançado com a metodologia de aproximação de pessoas que se sintam confortáveis para compartilhar suas histórias. A ideia é criar um grupo fechado no Facebook para chegar a mães negras que tenham vivido a experiência da maternidade com pais brancos. Nesse endereço haverá espaço para o registro de relatos e agenciamento de mulheres.

PLANEJAMENTO GRÁFICO E EDITORIAL

O livro reportagem será publicado em formato digital (e-book) em um modelo que vai se adaptar a todos os tipos de dispositivos, como computador e celular, por exemplo. Com isso, o acesso para o livro será mais amplo. O objetivo principal é publicar o e-book pela Amazon, e posteriormente, caso alcance bons resultados, em formato físico também. A publicação será ilustrada por fotos das pessoas entrevistadas em seus locais de moradia, trabalho ou ruas de Florianópolis que remetem aos territórios discutidos com sensibilidade na linguagem fotográfica. Assim como na sua ilustração e uso de cores, que serão de forma remetem à sensibilidade mas também à força.

Para chegar até o leitor, o livro terá uma divulgação publicitária feita por redes sociais como o Instagram, no formato de anúncio, para convidar as pessoas a acessarem o Ebook. O propósito é buscar parcerias em contas do instagram focadas em livros. Pretende-se criar uma #Hashtag para o livro buscando impulsionar e alcançar o público e um marcador de páginas do livro com um QR Code que dá acesso ao livro digital.

ROTEIRIZAÇÃO DO LIVRO-REPORTAGEM

(Apresentação, Prefácio, indicações)

A partir de histórias concretas, traçamos as diretrizes da reportagem, fazendo uma arrancada singular que vai permitir a articulação da abordagem das questões sociais e teóricas, num movimento dialético constante entre o específico e o geral, o singular e o universal, a narrativa e a reflexão. Em outras palavras, vamos partir dessas histórias potentes e concretas que projetem de forma mais universalizante as questões de fundo: o estupro, a violência as relações hierárquicas e de poder, a mulher negra como objeto, a mulher como máquina reprodutora, à qual é negado o direito à maternidade e à paternidade dos filhos, mostrando a permanência dos padrões racistas da escravidão e do modelo da Casa Grande e Senzala na sociedade atual. Discutir e localizar o modelo de Casa Grande e Senzala nesses exemplos.

CAPÍTULO 1 – Os efeitos do racismo na autoestima da mulher negra-

História de uma jovem que relata os processos pela busca da autoestima que vive a mulher negra. São processos que toda mulher negra já passou ou está passando, para se libertar de valores que são lhe ensinados desde criança sobre quem é, e onde deve ficar. A protagonista dessa história conta como passou pelo processo de libertação e conhecimento sobre si mesma. Alana abre a série de três personagens que guiam o trabalho e a partir de suas narrativas, provocamos um diálogo com o universal.

CAPÍTULO 2- As diferentes dores de carregar os traços da afrodescendência-

Carregar os traços da afrodescendência pode ser doloroso. Ser uma mulher com esses traços, muitas vezes significa ter uma vida solitária e sofrer das mais variadas violências. Essas violências podem vir em forma de abusos, relacionamentos tóxicos e objetificação da mulher negra. Olhando para essa história de uma forma universal, o relato de Marcela representa a vida de muitas mulheres negras no Brasil.

CAPÍTULO 3- Opressões cruzadas: A interseccionalidade entre a questão racial e a de gênero-

Maria, empregada doméstica, mãe, conta a sua história de abandono e sua vida como empregada doméstica. Uma história de abandono e inferiorização. Maria mostra como, pela sua cor, pôde ser deixada de lado em relacionamentos, no trabalho, nos espaços e nas narrativas.

CAPITULO 4- Quando a senzala reivindica a paternidade negada pela casa grande-

Tiago é considerado um filho “bastardo”, fruto de uma relação de um homem branco com a empregada doméstica. Passou anos lutando para ter a paternidade reconhecida. A paternidade lhe foi negada, Tiago tem apenas o sobrenome daquele que o gerou, nos documentos. Esse relato relembra muitos casos de filhos brasileiros sem pai. Onde estão esses pais?

CAPITULO 5- Um apelo (da vulnerabilidade) da população negra sobre a brutalidade policial-

Mulheres e homens negros vivem de forma vulnerável por correr o risco de que, a qualquer momento, podem sofrer algum tipo de brutalidade policial. A população negra não quer mais ser confundida com pessoas suspeitas, nem mortas durante operações policiais. Até quando?

REFERÊNCIAS E LEVANTAMENTOS BIBLIOGRÁFICOS

ALMADA, Sandra **Damas Negras: sucessos, lutas, discriminação**. Rio de Janeiro. Mauad, 1995

ARAÚJO, Emanuel **Negro de corpo e alma**. São Paulo, Fundação Bial de Mauad. São Paulo, 2000

BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Sindicatos das Trabalhadoras Domésticas no Brasil: Teorias da Descolonização e Saberes Subalternos**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília Instituto de Ciências Sociais, Brasília-DF, 2007. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/33533226.pdf>

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. Disponível em: Fundação Carlos Chagas, Grupo de Pesquisas Socialização de Gênero e Raça
-http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742007000300003&script=sci_arttext.

CAMPOS, Kátia Maria Nunes. **Mulheres coloniais: Esposas e concubinas numa sociedade escravista**. Trabalho apresentado no XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu- MG – Brasil, de 20 a 24 de setembro de 2010. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/2304/2258>

CARNEIRO, Sueli. **A mulher negra na sociedade brasileira – o papel do movimento feminista na luta anti-racista**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2004

CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Gênero e Artefato. O sistema doméstico na perspectiva da cultura material** – São Paulo, 1870-1920, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/FAPESP, 2008

CASTRO, Yeda Pessoa de. Também Mulher, imagem de Deus. In: QUINTAS, Fátima (Org.). **Mulher negra: preconceito, sexualidade e imaginário**. Recife: NPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, 1999. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Brasil/dipes-fundaj/20121203110837/quintas.pdf>

CAVALCANTI, Judith Karine. **Repertório bibliográfico sobre a condição do negro no Brasil**. Reimpressão- Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.

CHIAVENATO, Júlio J. **O Negro no Brasil: da senzala à Guerra do Paraguai**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CONCEIÇÃO, Evaristo. **Relações raciais e a representação da mulher negra**. https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/17333/17333_3.PDF

[Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 1988.

COSTA, J.; GROSGOUEL, R. **Decolonialidade e perspectiva negra**. Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, 2016.

DAVIS, Angela, **Mulheres, raça e classe**. São Paulo. Boitempo Editorial; Edição: 1, 2016.

FREYRE, Gilberto. **Casa - Grande e Senzala. Formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal**. 48. ed. rev., São Paulo, Editora Global, 2003.

FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios dos jornais do século XIX**. São Paulo: Nacional, 1979

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide - para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre, Tchê, 1987.

GIACOMINI, Sonia Maria. **Mulher e escrava: Uma Introdução ao Estudo da Mulher Negra no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes. 1988.

KOFES, Suely. **Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas**. Campinas: Unicamp, 2001.

LARA, Sílvia Hunold. **Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil**. Revista Projeto História, São Paulo, (16), Fev.1998.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **O filho da escrava (em tomo de lei do Ventre-Livre)**. Revista Brasileira de História, v. 8, n. 16, 1988.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser Escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. 2004.

PRIORI, Mary Del(org); Carla Bassanezi (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. 9ªed, São Paulo:Contexto, 2008.

RATTS, Alecsandro J. P. (2003) **A geografia entre as aldeias e os quilombos: territórios etnicamente diferenciados**. In: ALMEIDA, M. G. de. RATTS, A. J. P. (Orgs.). Geografia: leituras culturais. Goiânia: Alternativa.

RATTS, Alecsandro JP (2002) **Eu sou atlântica: a trajetória intelectual de Beatriz Nascimento em direção ao quilombo**. Comunicação. Gramado: 23a Reunião da Associação Brasileira de Antropologia. Disponível em: <https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/projetossociais/eusouatlantica.pdf>

RATTS, Alecsandro JP (2001) **O mundo é grande e a nação também**. Tese de doutorado. São Paulo, FFLCH-USP (mimeo)

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. São Paulo. Editora Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Matilde. **Relações Raciais nas Pesquisas e nos Processos Sociais: em busca de visibilidade para as mulheres negras**. In: VENTURI, Gustavo Et al. (Org.). A

mulher brasileira nos espaços público e privado. 1 ed. São Paulo: editora da Fundação Perseu Abramo, 2004.

RATTS, Alecsandro J. P. **Gênero, raça e espaço: trajetórias de mulheres negras**. In 27o. Encontro Anual Da Associação Nacional De Pós-Graduação E Pesquisa Em Ciências Sociais, 2003, Caxambu. Anais... Caxambu, Minas Gerais, 18p. Disponível em: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/08/ARatts_Genero.pdf

ROCHA, Solange Pereira. **Na Trilha do Feminino: condições de vida das mulheres escravizadas na província da Paraíba, 1828-1888**. Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco. 2001).

SANT'ANNA, Affonso Romano de. **O Canibalismo Amoroso**, São Paulo, Círculo do Livro, 1985. Disponível em: http://paginapessoal.utfpr.edu.br/mhlma/Santanna%20MULHER%20DE%20%20COR%20E%20O%20CANIBALISMO%20EROTICO%20DA%20SOCIEDADE%20ESCRAVOCRATA.pdf/at_download/file

SANTOS, Gisele Aparecida. **A invenção do "ser negro": um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros**. São Paulo: Eudc/FAPESP, 2002.

SANTOS, Judith Karine Cavalcanti. **Quebrando as correntes invisíveis: Uma análise crítica do trabalho doméstico no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Direito, Estado e Constituição) Universidade de Brasília Faculdade de Direito, Brasília-DF, 2010. Disponível em: (http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8484/1/2010_Judith%20Karine%20Cavalcanti%20Santos.pdf)

SANCHES, Solange. **Trabalho Doméstico: Desafios para o Trabalho Decente**. Revista Estudos Feministas, v. 17, n. 3, 2009. Disponível em: (http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2009000300016&lng=pt&tlng=pt)

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SORÁ, Gustavo. **Reflexões sobre a edição e recepção de Casa Grande Senzala de Gilberto Freyre: A construção sociológica de uma posição regionalista**, Revista Brasileira de Ciências Sociais. vol. 13, n. 36, São Paulo: 1998. <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v13n36/36sora.pdf>

SOUZA, Flávia Fernandes. **Escravas do lar: as mulheres negras e o trabalho doméstico na corte imperial**. In: XAVIER, Giovanna; FARIAS, Juliana B.; GOMES, Flavio (Org.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012.